



PARTE C

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Despacho n.º 15 710/2006

Nos termos do despacho conjunto n.º 107/2006, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 24, de 2 de Fevereiro de 2006, a licenciada Luísa Pinheiro Portugal foi nomeada secretária nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência.

Considerando que, ao abrigo do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, a secretária nacional para a Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência foi autorizada a optar pelo vencimento de origem:

Os n.ºs 1 e 2 do despacho conjunto n.º 107/2006 são alterados nos termos do artigo 147.º do Código do Procedimento Administrativo, passando a ter a seguinte redacção, com efeitos a partir de 23 de Janeiro de 2006:

«1 — É nomeada secretária nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência a licenciada Luísa Pinheiro Portugal com opção pelo vencimento de origem.

2 — A presente nomeação produz efeitos a partir de 23 de Janeiro de 2006.»

29 de Junho de 2006. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

Resumo da nota curricular

Luísa Pinheiro Portugal, 53 anos, casada, dois filhos.
Morada — Rua de António Pardal, 2100 Coruche.
Qualificação académica:

Licenciatura em Medicina e Cirurgia, pela Faculdade de Medicina da Universidade Clássica de Lisboa, em Julho de 1976;

Curso de Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública, Universidade Nova de Lisboa, em 1982-1983;

Curso de pós-graduação em Fertilidade dos Adolescentes, OMS/Europa, Universidade Médica de Debrecen, Hungria, em 1990;

Curso de especialização pós-graduada em Gestão Integrada dos Serviços de Saúde, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, Lisboa, em 2003;

Especialista em saúde pública, pela Ordem dos Médicos, com o grau de consultor em saúde pública.

Experiência profissional:

Médica de saúde pública e autoridade de saúde do concelho de Coruche;

Directora do Centro de Saúde de Coruche;

Docente de Anatómo-Fisiologia e Epidemiologia na Escola Superior de Enfermagem de Santarém;

Directora de internato médico complementar de saúde pública;

Formadora para profissionais de saúde, educação, serviço social e animação comunitária, em colaboração com instituições públicas, privadas e ONG.

Outras áreas de intervenção:

Deputada do Partido Socialista na Assembleia da República, entre 1999 e 2005 (VIII e IX Legislaturas), eleita pelo círculo eleitoral de Santarém:

Comissão de Saúde e Toxicodependência;

Comissão para a Paridade e Igualdade de Oportunidades;

Comissão do Trabalho e Assuntos Sociais;

Membro do Grupo Parlamentar Português para o Desenvolvimento e População.

Presidente da Assembleia Municipal de Coruche.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Direcção-Geral da Administração Pública

Despacho n.º 15 711/2006

Considerando as disposições contidas no artigo 29.º e nos n.ºs 1 e 3 do artigo 30.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção conferida pela Lei n.º 51/2005, e após confirmação dos pressupostos, nomeio a licenciada Ana Maria Constante de Oliveira, técnica superior principal do quadro de pessoal da Direcção-Geral da Administração Pública, na categoria de assessora principal, em lugar da carreira técnica superior, carreira com dotação global, do mesmo quadro, aprovado pela Portaria n.º 107/93, de 29 de Janeiro, com efeitos a partir de 1 de Junho de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

7 de Julho de 2006. — A Directora-Geral, *Teresa Nunes*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Secretaria-Geral

Despacho n.º 15 712/2006

Considerando que foi publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 56, de 20 de Março de 2006, na bolsa de emprego público, com o código de oferta OE200603/0241, e no jornal *Correio da Manhã*, de 21 de Março de 2006, que a Secretaria-Geral do Ministério da Justiça pretendia seleccionar o titular do cargo de chefe de divisão de Económico e Património, ao qual compete exercer as competências resultantes do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 83/2001, de 9 de Março — lei orgânica da Secretaria-Geral;

Considerando que os titulares dos cargos de direcção intermédia são recrutados de entre funcionários dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo, que reúnam os requisitos previstos no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, designadamente e no caso, licenciatura e quatro anos de experiência profissional na carreira técnica superior;

Considerando que, nos termos do n.º 8 do artigo 21.º da referida lei, os titulares dos cargos de direcção intermédia são providos por despacho do dirigente máximo do serviço;

Considerando ainda que, das candidaturas apresentadas, se verifica que a da candidata Amélia Correia Alves, técnica superior principal do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Lisboa, cumpre os requisitos obrigatórios e é a que melhor se adequa ao perfil definido para o exercício da função, porquanto se trata de técnica superior licenciada em Direito, com mais de 13 anos de experiência profissional na carreira técnica superior e exercício de actividades relevantes na área do cargo a preencher;

Nomeio, em comissão de serviço pelo período de três anos, renovável por iguais períodos e por urgente conveniência de serviço, a técnica superior principal do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Lisboa Amélia Correia Alves para o cargo de chefe de divisão de Económico e Património da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 20.º e 21.º, n.º 8, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

30 de Junho de 2006. — A Secretária-Geral, *Maria dos Anjos Maltez*.

Síntese curricular

Identificação:

Nome — Amélia Correia Alves.

Data de nascimento — 9 de Fevereiro de 1966.